

TRADUÇÃO

A IMPRENSA E A CULTURA POPULAR: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA*

Raymond Williams**

*Tradução de Ricardo B. Iannuzzi****

*Revisão técnica de Heloisa de Faria Cruz*****

Ainda é difícil escrever a história de qualquer dimensão da nova cultura industrial urbana do século dezenove na Inglaterra. Analogamente, é muito mais difícil fazer um balanço geral, ainda que de forma esboçada, dessa cultura como um todo, nos seus aspectos históricos específicos e nas suas conexões internas e externas. A emergência de uma imprensa popular, na primeira metade do século dezenove, pode muito bem ser assumida como elemento condutor. Ainda assim, se a história da imprensa for isolada, não apenas de outras formas cognatas de escrita, edição e leitura, mas como usualmente acontece, de outros tipos de formação e organização política e cultural - decorrentes de movimentos políticos, novas organizações industriais, desenvolvimentos educacionais, mudanças no teatro - ela poderá ser vista meramente como uma fase na história da imprensa, do século dezenove ao vinte, determinada retrospectivamente por si mesma, pelas definições daquilo que a imprensa *se tornou*. No caso da emergente imprensa popular do século dezenove, qualquer procedimento deste tipo é particularmente inadequado porque oculta aqueles que são provavelmente seus dois aspectos mais importantes: em primeiro lugar, a história decisiva da instituição com posterior incorporação e eventual transformação de uma imprensa popular e radical; em segundo lugar, o problema do conteúdo, que só pode ser verdadeiramente abordado pela comparação com outras formas de editoração popular e com o teatro popular.

O erro-padrão mais significativo, no que se refere à imprensa do século dezenove, é uma ênfase na história do jornal popular *diário*, baseada na correlação entre as escolas corporativas (“board-schools”)¹ do último terço do século dezenove e novo público leitor popular dos jornais baratos de Northcliffe e seus contemporâneos. Mas a verdadeira história da imprensa popular do século dezenove deve ser centrada no desenvolvimento dos *Sundays*, jornais dominicais, que até mesmo no século vinte apresenta diferenças

culturais significativas. E depois, não é somente pelo fato de que na história do jornalismo popular o jornal *Dominical* chegou em primeiro lugar, uns 60 anos antes.

É também porque, para compreender a folha *Dominical* como forma cultural, com sua seleção específica e influente de conteúdo, é necessário compreender certos aspectos gerais da cultura popular urbana como um todo. Passarei a discutir aqueles que me parecem os mais significativos destes aspectos - a alfabetização, a edição popular, o teatro, as conferências - antes de retornar ao desenvolvimento específico da imprensa popular.

A exata extensão dos alfabetizados no início do século dezenove é virtualmente impossível de ser quantificada. Um tipo de evidência é a partir do comparecimento escolar, e calculou-se que em 1816 cerca de 875.000 crianças - de um potencial de 1.500.000 - freqüentaram algum tipo de escola por algum tempo, passando em 1835 a cerca de 1.450.000, de um potencial de 1.750.000. Calculou-se também que, na segunda data, a duração média da freqüência escolar era de um ano. Por volta de 1851, a duração média foi considerada como sendo de dois anos, e a proporção de comparecimento em algum tipo de escola tinha também se elevado. Foi só no final do século que virtualmente todas as crianças freqüentaram a escola até os doze anos.

Outro tipo de evidência é o bem conhecido registro de habilitação para assinar a certidão de casamento, para o qual existem dados nacionais a partir de 1837. Uma amostra exemplifica:

	Homens	Mulheres	Total
Capazes de assinar	%	%	%
1839	66,3	50,5	58,4
1873	81,2	74,6	77,9
1893	95,0	94,3	94,65

Aqui, tanto a constância geral da tendência, quanto a equalização entre homens e mulheres, são significativos. Ainda assim, como acontece com os dados de freqüência escolar, não se pode assumir que o desenvolvimento da imprensa popular seja uma simples consequência da expansão da alfabetização. Na verdade, ao longo de todo o século dezenove, o número de pessoas que, ou compravam ou liam jornais estava muito abaixo das menores estimativas possíveis sobre o número de pessoas que eram capazes de ler. Pelos meus cálculos, o público leitor de jornais em 1820 correspondia a 1% da população adulta; em 1860, o público leitor de jornais diários era de 3% e o público do jornal de

domingo era de 12%. Estas estimativas são inevitavelmente rudimentares, mas fica claro que a alfabetização geral estava muito longe à frente da leitura de jornais, e de forma alguma pode ser vista como fato causador.

O crescimento de publicações em geral, além de jornais, é bastante acentuado no período da Revolução Industrial. Os números sobre títulos anuais são expressivos. Nos anos 1750, este número situava-se ao redor de 100 títulos - um número que havia sido excedido na primeira metade do século dezessete, mas que havia declinado e se fixado depois da Restauração. Por volta de 1790 a média anual subira abruptamente para cerca de 370, e em 1829 superou os 500 títulos - chegando a mais de 2.600 em 1850. Este total viria a subir para acima de 6.000 em 1900, para mais de 17.000 no fim de 1930, e mais de 20.000 no final de 1950.

Dentro do extraordinário desenvolvimento no final do século dezoito e na primeira parte do século dezenove, quando as características gerais da nova cultura industrial urbana foram sendo definidas, existem tendências distintas e em alguns aspectos contraditórias. Nos formatos tradicionais de publicações havia, de um lado, uma tendência marcante para edições reduzidas a preços elevados, mas no outro lado, havia a publicação regular de reimpressões baratas, com poesia e drama sendo vendidos em grande escala a seis “pence” a cópia.² A partir de 1780, publicações de ficção aumentaram rapidamente, apesar da permanência de edições reduzidas e do alto preço. Ocorreu então uma autêntica invasão de publicações ortodoxas, por parte de piratas, aviltadores de preço, e oficinas de reimpressão, os quais expandiram decisivamente o público comprador de livros. Enquanto isso, as mais antigas bibliotecas circulantes associavam-se a novas formas de bibliotecas e de compra coletiva. Havia ainda a crucial extensão de publicações em folhetins e em seriados, que em meados do século viria expandir significativamente o público leitor de ficção. No início do século, as lideranças de vendas de ficção somente ocasionalmente atingiam 10.000 cópias; mas no meio do século este número chegava a 100.000.

Em um período de intensas lutas políticas, uma exceção deve ser aberta para determinados livros políticos notáveis. “*Os Direitos do Homem*”, de Paine, a um custo de três “shillings”, vendeu 50.000 cópias no curto espaço de poucas semanas, em 1791. O “*Discurso aos Artesãos e Trabalhadores*”, de Cobbett vendeu 200.000 exemplares em 1826. A existência de um público leitor radical, que se formava às margens e até mais além, de um público de classe média em expansão, é evidente e decisiva para o diagnóstico do desenvolvimento do jornal.

Ao mesmo tempo, havia um outro tipo de configuração: um mercado popular, servido formatos populares mais antigos: almanaques de previsões, livros de contos e modinhas, de baladas e volantes impressos de um só lado. Eram todos vendidos, desde o século

dezessete a níveis muito acima do total dos livros; como na casa de Catnach, vendas bastante significativas foram realizadas: o “Último Discurso e Confissão na hora da Morte” do assassino de Maria Marten vendeu mais de 1.100.000 cópias.

A verdadeira sociologia desses diferentes públicos leitores é muito difícil de se determinar, a não ser em termos bastante gerais. Existem diferenciais de classe óbvios, mas é quase certo existir também um diferencial preponderante entre os públicos urbano e rural, e - no âmbito do público urbano - entre Londres e as outras cidades. Os métodos de distribuição que iriam nivelar estes diferenciais, só tiveram modificação radical no meio do século, com o estabelecimento da rede ferroviária.

Uma instituição cultural em mutação, o teatro, lança alguma luz comparativa sobre estas questões. Para fazer esta avaliação, precisamos primeiramente olhar para trás, voltando alguns séculos. O drama medieval havia se transferido das igrejas para as ruas, tornando-se um drama genuinamente popular, mas também estritamente ocasional. Com o crescimento de Londres, no final do século dezesseis, os teatros regulares se estabeleceram pela primeira vez, e entre 1580 e 1620, atendiam uma audiência mista, predominantemente popular.

A partir de 1620 houve uma evidente redução de público, devida aos teatros em ambientes internos, e então ocorreu uma abrupta - para não dizer total - ruptura, com os fechamentos, durante a Guerra Civil e a Commonwealth. Durante a Restauração, aconteceu uma redução deliberada. Em 1600, existiram seis teatros bem-sucedidos, em Londres. A partir de 1660 e, em condições legalizadas, até 1843, somente dois teatros londrinos foram licenciados para a representação dramática. Na realidade, por volta de 1700, outros teatros se desenvolveram, em Londres e nas cidades provincianas, servindo as classes médias e classes médias baixas em expansão.

Os horários de representação refletem as mudanças de classe na audiência, deslocando-se das primeiras horas da tarde, no caso da corte da Restauração e seu círculo social, em direção às horas do entardecer e da noite, quando as pessoas podiam estar presentes, depois dos negócios e do trabalho. No início do século dezenove, as representações começavam às seis da tarde e freqüentemente se prolongavam por quatro ou cinco horas. O tradicional e elegante público do período da Restauração mudou-se, dos lugares de fundo da platéia para camarotes, e daí completamente para fora. Tentativas para aumentar o preço dos ingressos, e deixar “a ralé” do lado de fora dos teatros, acabaram em verdadeiros tumultos, como o de Covent Garden em 1809. Em Londres, pelo menos, até mesmo os teatros reconhecidos, assim como os teatros menores - os quais, legalmente proibidos de encenar dramas, usavam de todos os artifícios para chegar perto disso - tinham platéias socialmente mistas.

Nesse meio tempo, no princípio do século dezenove, ocorria um desenvolvimento significativo, dentro do rápido crescimento londrino. Teatros novos e amplos foram construídos nas partes sul e leste do rio: os “transpontines” (para além das pontes); eles serviam, sem sombra de dúvida, a um grande público popular. Foi nos teatros de porte menor e nos “transpontines” que o melodrama se tornou uma forma popular dominante. Em parte, isto se relaciona com o monopólio do “drama” legitimado, que os teatros reconhecidos detinham; a representação que tinha canto e espetáculo era freqüentemente planejada para escapar dessa restrição, com a conseqüente confusão de classificações. Em 1832, a Casa dos Comuns havia votado pelo fim do monopólio dos teatros reconhecidos, mas fora bloqueada pela Casa dos Lordes. A revogação veio finalmente em 1843.

A reputação do melodrama como verdadeira sensação é muito merecida, mas como formato, ele apresenta interessantes características contraditórias, de uma natureza diretamente relevante para o caráter do jornal dominical. Crime, aventura e espetáculo eram a matéria-prima desse formato. Ao mesmo tempo, certas figuras clássicas - o senhorio impiedoso, o rico sedutor, a pobre e inocente vítima - são centrais. Não é que o melodrama seja politicamente radical; *A Garota da Fábrica*, de Jerrold (1832), foi talvez a primeira peça da escrita inglesa criativa, a lidar com a nova exploração industrial, mas no palco, ela era representada aos berros. O que existe aí é um radicalismo social mais generalizado, do tipo de uma aliança entre a classe média e as forças políticas da classe trabalhadora antes de 1832, na qual os ricos e ociosos podiam ser isolados como vilões, mas sendo a inocência e a magia (ou seja, a respeitabilidade e a Divina Providência), as únicas forças alternativas eficazes. É significativo que as peças sobre a Bastilha, amplamente importadas da França, fossem esvaziadas do seu conteúdo político e se tornassem simples tramas de aprisionamento e fuga.

Um efeito da separação por muito tempo imposta entre os dramas considerados legítimos e outros tipos de representação, foi o crescimento de outras formas populares: teatro de variedades, pantomima e circo. Foi o elemento “variedade” - cantorias, monólogos, esquetes - que acabou por criar um novo endereço fora dos teatros, abrangendo desde performances em “pubs”, até salões de música e bebidas, os quais surgiram nos finais de 1840 e permaneceriam importantes século vinte adentro.

O teatro e os salões de música chamam nossa atenção para um fato que é normalmente desconsiderado, ao analisarmos a nova cultura popular urbana a partir dos registros que permaneceram. A cultura impressa - em livros, panfletos, revistas e jornais - estava se desenvolvendo rapidamente, como vimos, nas novas condições urbanas. Mas ela ainda era, em quase todos os níveis, uma cultura minoritária, e em certos níveis, significativamente interativa, com uma cultura oral predominante, a qual assumia novas formas, com o desenvolvimento das cidades.

Por volta de 1881, a maioria dos ingleses vivia em cidades com cerca de 20.000 habitantes. No início do século dezenove, Londres já havia ultrapassado a marca do milhão; pela metade do século, sua população ultrapassava 2 milhões e meio, e em 1900 estava acima dos seis milhões. As novas cidades industriais cresciam a taxas ainda mais explosivas. Em meio a tais condições sem precedentes, antigas formas de comunicação oral, tais como o sermão, cresciam e se ampliavam; e outras formas orais relativamente novas, como os encontros políticos de grandes dimensões tanto em locais fechados como ao ar livre, mais as séries de conferências populares, tornaram-se elementos centrais da cultura urbana.

Aos encontros políticos que se ampliavam devemos, acrescentar as recentes e significativas demonstrações, desde Peterloo aos Chartists,³ e também os “tumultos” de Hyde Park, em 1867. Eles trouxeram contribuições exclusivas à cultura popular, com o extraordinário desenvolvimento dos estandartes e faixas: uma tendência que deve ser enfatizada, no crescente movimento sindical, cujas elaboradas bandeiras são uma expressiva manifestação de cultura popular. Ademais, nas novas condições urbanas, a canção folclórica no seu antigo sentido rural, evoluía para a canção popular urbana, que até muito recentemente era negligenciada e desvalorizada pelos historiadores da música.

Em meio às complexas mudanças do século, inúmeros, senão todos estes elementos incorporavam-se em uma nova cultura popular *comercial*, como de fato é muito evidente na história da imprensa. Encontros radicais de protesto iriam evoluir, em parte, para encontros de campanha, dentro do novo sistema eleitoral. Novas formas de exposição visual seriam amplamente incorporadas à publicidade comercial, e a partir da metade do século, invadiriam as ruas das cidades, em velocidade alarmante, embora ainda fossem rigorosamente excluídas da imprensa, nas suas formas de exposição. Centros locais de letristas e produtores de canções associavam-se, e freqüentemente eram suplantados por criadores de letras comerciais, que publicavam canções de um tipo mais moderno, significativamente em conexão com os salões de música e os teatros de variedade. Além disso, a partir de meados do século, o esporte organizado, principalmente o futebol e as corridas de cavalo, desenvolviam-se dentro da nova cultura urbana.

As conferências merecem uma especial menção, pelo fato de serem tão freqüentemente subvalorizadas ou tratadas como uma forma extremamente minoritária. É significativo avaliar o quanto do pensamento social de importância assumiu a forma de conferência: de Coleridge, passando por Carlyle, e de Ruskin até Morris. É muitíssimo pouco o que sabemos sobre os ouvintes dessas palestras, mas nos casos onde foram feitas pesquisas - como as conferências de Ruskin em Bradford - fica claro que platéias generalizadas e de grandes proporções eram uma característica da cultura popular urbana do

século dezenove. Sabe-se também que nos Institutos de Mecânica, a conferência era uma forma de central importância. Algumas dessas palestras sobrevivem impressas em livros, outras em relatórios textuais de jornais. Elas são um indicador do fato relativamente óbvio de que na nova cultura urbana houve expressiva expansão em cada nível de interesse e de qualidade. Elas também nos lembram que, dentro do que pode ser definido como a nova cultura popular urbana, - a da nova classe trabalhadora urbana e dos pobres, a expansão ocorreu em todos os níveis de interesse e de qualidade, e portanto em questões crescentemente complexas de relações com instituições e formas de uma cultura mais tradicionalmente organizada.

Ao explicar o Ato de Taxação de Jornais por meio de Selo, de 1819,^(N.T.) Lorde Ellenborough disse que “não era contra a imprensa de respeito que esta cobrança se dirigia, mas contra a imprensa pobre”. Esta distinção é crucial para a compreensão da história da imprensa na primeira metade do século XIX: uma história que muito frequentemente tem sido escrita segundo uma única perspectiva.

Acontece que a “imprensa de respeito” não era particularmente respeitável; já haviam ocorrido casos de franco e pesado suborno de jornalistas por parte de Ministros, e a publicidade oficial era dirigida a periódicos favoráveis aos pareceres governamentais. A independência política, nos termos de opinião geral instituída, ainda permanecia em algum lugar muito à frente.

A “imprensa pobre” é uma coisa completamente diferente. Depois de 1815, os jornalistas radicais - notadamente Cobbett e Wooler - tinham alcançado novas e grandes audiências, contra qualquer tentativa de reprimi-los. Cobbett conseguira escapar da “Taxação por Selo”,⁴ que naquela época era prioritariamente uma taxa política - por meio de excluir notícias e publicar somente opiniões. O seu *Registro Político* (*Political Register*) vendia mais de 44.000 exemplares semanais a 2 “pence”, e o *Anão Negro* (*Black Dwarf*) de Wooler alcançava 12.000, ao redor dos anos 1820, quando a circulação do *The Times* elevava-se para acima de 7.000. O que fica evidente é o surgimento de uma nova base social - essencialmente uma nova base de classe social - para um novo tipo de jornalismo político agindo em campanha.

Entretanto, na complexa história política dos anos entre 1815 e 1848, a independência desta imprensa radical em campanha somente era mantida com grande dificuldade, sendo alvo, entre os anos 1820 e início de 1830, de todas as formas de intimidação e ações processuais. Uma geração antes, a classe governante no poder havia se colocado em oposição, ou tentado, através de suborno e subsídios, deter o controle da imprensa da classe média. No intrincada armação de alianças políticas dos anos 1820, e antes da *Reform Bill* de 1832, uma imprensa independente “respeitável” começou a emergir, liderada

pelo *The Times*, como parte do mesmo e complexo processo dentro do qual a imprensa popular radical vinha sendo perseguida e confinada. Durante os anos dos Cartistas (*Chartists*), uma imprensa popular radical foi novamente ativa; mas diversas formas de pressão combinaram-se, na época, para delimitar a sua expansão e eventual isolamento.

É este isolamento de uma imprensa política radical, e mais a firme incorporação e instituição de uma nova imprensa popular comercial, os pontos que devemos enfatizar, como desenvolvimentos decisivos dentro de uma cultura popular alfabetizada, como um todo.

Um fator crucial era de natureza econômica. Quando Cobbett e Wooler competiam diretamente com a imprensa respeitável nos anos posteriores a 1815, a tecnologia do jornal era ainda relativamente subdesenvolvida, e os custos - a esses níveis de circulação - mantinham-se em um relacionamento razoavelmente competitivo, para ambos os tipos de imprensa. A verdadeira expansão social da leitura de jornais, que se iniciou neste período e que a princípio seguiu linhas de classe relativamente claras, iria se tornar profundamente complicada, e finalmente determinada, pelos custos e capitalização envolvidos em avanços técnicos precisos, dos quais dependia qualquer expansão de porte. A impressão a vapor do *Times* teve início em 1814 e a velocidade de produção elevou-se firmemente por meio de aperfeiçoamentos mecânicos. A combinação final da impressão rápida a vapor com a nova, além de um sistema de distribuição veloz, tornado possível pela expansão da malha ferroviária, originaram as condições para a expansão de maior importância - mas ao nível de capitalização, ao qual - pela própria definição, a “imprensa pobre” não poderia se equiparar.

A liderança na imprensa - até este ponto, e apesar da repressão política, largamente determinada pela mera competição por leitores - era, desde esse período até nossos dias inerentemente associada ao acesso a montantes de capital, cada vez mais altos.

Os desenvolvimentos técnicos - que iriam finalmente tornar possível a total distribuição da imprensa popular - ocorriam dentro de relações sociais e econômicas precisas, que tornaram a verdadeira competição por leitura entre as imprensas radical e a respeitável mais e mais desigual, e na realidade, em alguns níveis - pré-determinada. Ao longo do século dezenove, o desenvolvimento do jornal, desde um empreendimento capitalista de pequena escala até os consórcios capitalistas dos anos 1880 e além, foi até certo ponto essencial para o crescimento de diferentes elementos da cultura popular.

E ainda assim não era um processo somente econômico. Fatores de mercado assumiram seu lugar dentro de um complexo desenvolvimento social e cultural. Isto pode ser melhor observado no crescimento das folhas dominicais, que permitem uma interessante comparação com os “respeitáveis” jornais diários e a imprensa autenticamente radical.

Desde o início do século, apesar das muitas tentativas de que fossem declarados ilegais, os jornais dominicais tinham circulação muito acima dos diários - um fator constante de expansão da imprensa até os nossos dias atuais. Seu público leitor era também mais amplo, em termos sociais, do que a da imprensa diária. Eles eram comprados e trazidos não somente para clubes e cafeterias, mas também para barbearias, onde a visita dominical do trabalhador, poderia significar sua única oportunidade de ler um jornal, ou ouvi-lo sendo lido.

Politicamente falando, a maioria dos jornais dominicais era a favor da Reforma, e isto continuou sendo assim bem depois de meados do século. Ao mesmo tempo, como um fenômeno cultural, o *Dispatch* ou *Bell's* eram essencialmente diferentes do *Registro Político* ou do *Anão Negro*. O jornal dominical era, desde o começo, um empreendimento comercial dentro da nova cultura popular urbana (na realidade predominantemente metropolitana). Ele continha informações políticas e de caráter geral, assim como notícias do exterior, mas tinha um conteúdo específico de reportagens sobre crime e escândalos. Uma boa parte das populares baladas, volantes, e ainda discursos finais de moribundos - sempre com vendas acima de todos os materiais de leitura - encontraram seu caminho dentro desta redefinição essencial de "jornal".

Os novos jornais dominicais dos anos 1840 - o *Notícia do Mundo* e o *Lloyds* atestam esse desenvolvimento muito mais fortemente; e havia ainda um efeito adicional sobre os conteúdos, em virtude da Lei do Selo, que poderia ser contornada se a ficção, ou às vezes as histórias de antecedentes, substituíssem as notícias verdadeiras. O subtítulo do novo *Bell's* era *Gazeta Esportiva e Policial, e Jornal de Romance*. Teve de imediato uma seqüência cultural e técnica com as baladas e os livros de contos e modinhas ("chapbooks"). Uma primeira página de 27 de fevereiro de 1842, tinha como título *Audaciosa Conspiração e Tentativa de Violação* e uma grande xilogravura acima da reportagem detalhada - um "layout" típico de formatos anteriores não-jornalísticos.

Com uma circulação conjunta de aproximadamente 275.000 exemplares (a ser comparada com a circulação conjunta dos diários, cerca de 60.000), e com a grande maioria de leitores concentrada em Londres, os dominicais constituíam uma imprensa popular de uma nova espécie. E estritamente comparável, em termos sociais, ao teatro contemporâneo de Londres, ele próprio agora com grande popularidade em audiência, e tendo o melodrama como forma dominante. Ainda persistiam alguns elementos radicais - dirigidos mais contra a velha classe dominante do que contra os novos sistemas industriais capitalistas dominantes - e que foram um fator vital na formação da nova cultura popular. A complexidade desta formação pode ser estudada na obra de G.W.M. Reynolds (cuja publicação *Notícias de Reynolds's* chegou até o século vinte como órgão do movimento

Cooperativo radical), o qual vinha a ser um porta-voz Chartista líder, que por diversos anos sobrepujou em vendas o escritor Dickens, autor de obras de ficção melodramática em fascículos, centralizadas em escândalos aristocráticos. Os limites e as pressões de todo o desenvolvimento social estão muito bem resumidos nesta poderosa e contraditória personagem.

“Popular”, portanto, tem três sentidos, que na prática, firmemente divergem entre si. Havia, primeiro, o antigo sentido radical, como sendo “pelo povo”: a imprensa política de Cobbett, Wooler, Hetherington, Carlyle, dos Chartistas, de Blatchford dos anos 1890s, da imprensa do Movimento Trabalhista do século vinte. Economicamente limitados, pela sua inerente desvantagem em capitalização, estas formas vieram também a ser contidas culturalmente, em uma considerável extensão. Na própria dificuldade e prioridade de manterem a independência da opinião política existente, freqüentemente não tinham outra escolha senão a de excluir outros elementos da cultura popular - nos quais milhões de seus leitores potenciais estavam interessados - incluindo-se aqueles que eram os novos e positivos prazeres da cultura urbana, e também aqueles que eram vistos como a sua exploração.

Havia depois, um sentido intermediário de “popular” - uma habilidosa e vigorosa combinação de atitudes políticas generalizadas com os materiais já estabelecidos, para leituras de crime, escândalos, romance e esporte.

Finalmente, sofrendo pressão crescente na segunda metade do século dezenove, e tornando-se dominante no século vinte, havia o sentido de “popular” em termos puramente de marketing. Isto havia sido emanado de um movimento constante, fora do radicalismo político independente, ele mesmo profundamente afetado pela extensão do direito de voto e a formação de partidos políticos dentro de um novo estilo; com uma confiança cada vez mais franca nas predileções e mercados habituais, a alternativa social e as visões políticas dos genuinamente radicais empurradas até as margens e para além delas. E se achava agora, decididamente realizada, pela nova produção e sistema de distribuição, centralizados, baseada em relações sociais modificadas entre os jornalistas e seus leitores, e entre estes e os proprietários. O resultado era o jornal popular, como um produto de mercado altamente capitalizado, dirigido a uma “massa” de leitores diferenciada.

Dentro das linhas gerais de desenvolvimento de uma economia capitalista, as “inevitabilidades” deste processo têm dois gumes. As tendências em direção à alta capitalização, da propriedade combinada, e da dependência dos lucros decorrentes de publicidade programada (efetivamente instituída por Northcliffe em 1890, uma vez que o jornal do

século dezenove, antes desta década, confiando nos anúncios classificados, havia resistido vigorosamente à exposição programada de anúncios), - seguia bem de perto tendências muito mais generalizadas da economia como um todo.

Ao mesmo tempo, a repressão, o isolamento, a contenção e, por fim, a incorporação de uma imprensa popular autônoma nada tinham de inevitável a seu respeito: iniciaram-se como atos políticos conscientes e continuaram como um efetivo desdobramento de recursos financeiros, a fim de que os interesses de leitura de homens pobres, se mantivessem nas mãos de homens ricos. Na segunda metade do século dezenove, os jornais dominicais ampliaram sua circulação para cerca de um milhão, e atrás deles veio o novo jornalismo do *Telegraph*, a partir de 1850 (“eles, naturalmente” - comentou Labouchere, a respeito dos proprietários - “sacrificam todo o decoro, ao desejo de fazer do jornal uma especulação remuneradora”). Então, a partir do final dos anos 1860, até os 1880, surgiram os novos jornais baratos vespertinos, os quais, incorporando as novidades esportivas de crescente interesse, são os autênticos precursores dos jornais populares do século vinte, e dos novos diários de baixo preço, a partir do *Mail*, de 1896.

A cada estágio do crescimento dos jornais, tipos correspondentes de revistas e periódicos passaram a se desenvolver: o escandaloso *John Bull*, partir de 1829, mas também os extrordinariamente bem-sucedidos jornais educativos a custo de tostões (*Chambers*, *Penny* e *Saturday*), a partir de 1830, as revistas para a família, dos anos 1840 aos 1870; o novo *Answers* e o *Tit-Bits* dos anos 1880. Os efeitos econômicos dos novos progressos técnicos, que viriam por fim a estreitar o significado de “popular” nas revistas - assim como haviam feito muito antes nos jornais, somente se fizeram sentir inteiramente a partir de meados do século vinte.

Os três sentidos de “popular” são ainda de importância crucial, e necessitam sempre ser bem distintos, na cultura ainda em expansão dos anos 1970. O complexo desenvolvimento histórico dos diferentes tipos de “imprensa popular” fornece evidência essencial para a interpretação de todo o desenvolvimento cultural moderno.

Tradução autorizada em março/2007

Notas

* Publicado em *News Paper History* (História do Jornal - do século XVII aos dias de hoje) por George Boyce, James Curran e Pauline Wingate, Londres, Constable, 1978. O texto de Raymond Williams constitui-se no segundo capítulo do livro, pp. 41-50.

** Raymond Williams (1921-1988) é considerado um dos principais historiadores do marxismo inglês.

Desenvolveu ensaios de crítica literária, estudos sobre “cultura comum” e tradições de classe, novas tecnologias e mídia. Foi membro ativo da *New Left Review*. Em nosso país, foram publicadas várias obras: *Cultura e Sociedade* (1969); *O Campo e a Cidade* (1989); *Marxismo e Literatura* (1978); *Cultura* (1992) e *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade* (2006).

*** Publicitário e formado em língua inglesa na Alumni Association.

**** Doutora em História Social e professora do Programa de Estudos Pós-graduados em História e Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP.

¹ N.T. Criadas na Inglaterra pelo Ato Educacional de 1870, as “board-schools” eram centros de ensino elementar financiados pelo Parlamento e administrados por um Conselho Escolar.

² N.T. Depois da conquista normanda de 1066, a libra inglesa subdividiu-se em 20 shillings ou 240 pence - sendo pence o plural de penny. Assim permaneceu a moeda até ocorrer a decimalização, em 15 de fevereiro de 1971.

³ N.T. O Cartismo (“Chartism”) foi um movimento por uma reforma política e social democrática, na Inglaterra, com base nos princípios incorporados na “People’s Chart”, ou Carta do Povo, de 1838.

⁴ N.T. O Imposto do selo foi introduzido na Inglaterra em 1694, seguindo um modelo holandês, e variava de 1 penny a diversos shillings. Ele passou a onerar, ao longo dos anos, documentos legais; apólices de seguros; provas documentais nos tribunais; inventários. Chegou a levantar 50.000 libras por ano e, embora surgisse como medida temporária, comprovou-se um sucesso continuado. O Ato do Selo na Inglaterra era uma taxa sobre produtos envolvendo o papel, e pagável por meio de selos. Na imprensa extinguiu-se em 1855.